

# INUTIL MANOBRA POLITICA DE GARCEZ CUSTA 25 MILHÕES AO POVO DE SÃO PAULO

## A RECUSA DA VERBA DE 200 MILHÕES, PARA OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, CONSEGUIDA NA CAMARA MUNICIPAL, SOB PRESSÃO DO GOVERNO DO ESTADO — PREJUÍZOS A POPULAÇÃO PAULISTANA — GOLPE POLITICO MESQUINHO E CONTRAPRODUCENTE

A maioria dos chamados «grandes jornais» divulgou com destaque todos os pretextos e tiradas demagógicas com que 17 vereadores da UDN, do PSD, do PSP, do PR e do PTB, procuraram justificar o seu voto contrário ao pedido de verba de 200 milhões de cruzeiros, para obras de pavimentação dos bairros periféricos da cidade. Jornais que, entretanto, nos postos-chaves, com jornalistas estipiendados pela «caixinha» do sr. Garcez, através de gordos empregos do tipo «nem precisa assinar pontos no Gabinete do Governador», estamparam manchetes simpáticas aos 17 covardes das reivindicações dos bairros proletários de São Paulo. Mas a sujeira dessa veredades foi tão grande que nem esses jornais tiveram coragem de comentar elogiosamente a sua atitudes.

Alguns esclarecimentos que nos foram prestados pelo secretário de obras da Prefeitura, João Caetano Alves Junior, mostram bem como é sórdido e mesquinho o propósito daqueles vereadores de causarem embaraços à atual administração municipal, numa ânsia desesperada de abalar o prestígio popular do Prefeito Janio Quadros.

### PRESSÃO DIRETA DO GOVERNADOR

«Normalmente, infelizmente, o sr. João Caetano Alves Junior, a administração conta sempre com a aprovação dos pedidos de verba para obras públicas que são encaminhados à Câmara Municipal. Desde que haja recursos financeiros, nada há que justificar a recusa de um pedido de verba, especialmente para o atual momento».

em relação à qual nem mesmo os mais ferozes opositores foram capazes de apontar uma dúvida sequer, quanto à honestidade e ao rigor, na aplicação dos dinheiros públicos. Por isso, a Secretaria de Obras, vem elaborando, de continuidade com as revisões de receita, planos extensos de melhoramentos urbanísticos, contando sempre com a obtenção das verbas necessárias, na medida em que fossem solicitadas à Câmara Municipal. Entretanto, os vereadores que fazem oposição ao Prefeito Janio Quadros vem procurando, ultimamente retardar e mesmo rejeitar os pedidos de verbas, com o propósito de causar embaraços à administração municipal, provocando paralisação de obras e outras dificuldades que possam concorrer para a sua queda.

## FREITAS NOBRE DECLINA DA INDICAÇÃO PARA O T. S. I.



FREITAS NOBRE, candidato a deputado estadual

Declinando da indicação de seu nome por entidade sindical do país, o jornalista e advogado Freitas Nobre, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, enviou ao sr. Geraldo Santana de Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artelatos de Borracha de São Paulo, Santo André e São Caetano, a seguinte carta:

«Prezado companheiro: Foi com surpresa que tive conhecimento da indicação do meu nome, feita, inicialmente pelo prezado companheiro, para uma das vagas no Tribunal Superior do Trabalho.

A indicação constitui motivo de satisfação e de muita honra para quem não tem outro desejo senão o de servir ao movimento sindical do país, com a pretensão de poder, de algum modo contribuir para sua valo-

riação, moralização e prestígio. A presença de um representante do movimento sindical paulista como ministro do Superior Tribunal do Trabalho poderia significar uma segurança a mais para a grande massa trabalhadora do nosso Estado. Inevitavelmente, porém, apressaria-me em vir à presença do preado companheiro, pelo fato de ter sido o primeiro a levantar o meu nome para essa vaga, assim que escutei que a constituição de tal movimento, teria que incluir-me na presidência da Federação Nacional dos Jornalistas, organismo que congrega todos os sindicatos de jornalistas do Brasil.

Ora, minha das faixas mais exigidas para a minha categoria profissional, tenho o dever de colocar de lado a extraordinária honra da representação junto ao órgão supremo da justiça trabalhista no país, para permanecer no meu posto mais modesto, mas igualmente honroso, ao qual desejo servir com todo o meu esforço, certo de que estarei, da mesma maneira, cumprindo com o meu dever de dirigente sindical.

No entanto, sou inteiramente favorável ao movimento que você iniciou na vida sindical paulista, secundando a reivindicação da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo, que reclamava para o nosso Estado um lugar de ministro no T.S.T.

Quero ser um dos soldados desse movimento, no qual me integro, certo de que possamos encontrar um dirigente à altura da responsabilidade do mandato que lhe entregaremos.

Saudações, sindicais  
Freitas Nobre

# POLITICA SOCIALISTA

EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE S. PAULO DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO.

Director Responsavel: ANTONIO COSTA CORREIA  
Director-Gerente: HOZAIR MOTA MARCONDES  
Redação e Administração: RUA TABATINGUEIRA, 362 São Paulo - Brasil  
N.º Avulso: Cr\$ 1,00  
Ann. anual: Cr\$ 508,00

ANO V — 10 DE JULHO DE 1954 — N.º 25

## Ameaça o imperialismo yanque a independencia guatemalteca

PIRAJÁ

Este trabalho já estava redigido dois dias antes da queda de Jacobo Arbenz. Julgamos, entretanto, que a sua divulgação ainda é oportuna.

Interrompemos hoje as considerações que começamos a fazer em nossas últimas notas sobre o problema agrário brasileiro, para abordar esse tenebroso caso da intervenção norte-americana na Guatemala, intervenção que é ao mesmo tempo um atentado à soberania de um país livre e à consciência dos povos da América e do mundo.

Preparamos na República Unida para uma ação armada, injustificada e odiosa, na República da Guatemala, sob a esfarrapada alegação de que estando o governo daquele país dominado pelos comunistas, constitui ele um sério perigo para a toda poderosa república do norte deste continente. A Guatemala desarmada — o go-

vérno dos Estados Unidos negou-lhe vender inclusive armas leves — somente porque comprou a guerra por trás da cortina de ferro, algumas toneladas de armas ainda não classificadas, tornou-se, desde que ali se procedeu uma reforma agrária e se desapropriou terras da United Fruit, poderossíssima companhia americana, tornou-se a Guatemala, dizíamos, uma ameaça para a segurança do país mais altamente desenvolvido do mundo para a nação que mais bombas atômicas possui, para o governo mundial de destruir o mundo.

Os Estados Unidos, porém, não podem estar e certamente não estão ameaçados pela Guatemala, país pequenino, desarmado, defendido tão somente pela vontade do seu povo de se tornar economicamente independente. O simples fato de haver o governo guatemalteco adquirido armas em algum

pais por trás da cortina de ferro, nos ainda, que esteja a serviço da Rússia e preparando-se para atacar os Estados Unidos. Semelhante alegação, invocada pelo governo americano para o efeito de que lá se está fazendo a obra republicana, a intervenção armada que se projeta para desbaratar o governo que ousou desapropriar terras não cultivadas da United Fruit, companhia que explorava todas as fontes de riqueza da Guatemala, é por demais ridícula para que possamos tomá-la a sério. Os fatos seguintes, a Guatemala, reptilanos nos vez mais, pouena e pobre. Não pode em nenhuma hipótese constituir qualquer perigo para a poderosa república do norte. Quanto a hipótese de vir ele a se constituir em cabeça de ponte para que os russos ataquem os Estados Unidos, até a formulação mesmo dessa hipótese, constitui uma afronta aos olhos do povo guatemalteco. Só mesmo a má fé com que, no caso, está procedendo o governo americano, poderia transpor a distância da América do Sul, em direção da América do Norte, sem ser descoberto. Também o condão da América, não se desdobra em corrente a luzente do título onde se encontrava o lobo, tortura as anuas que este se encontra este bebendo.

Tudo esse barulho, todo esse clamor, o anelo que se pretende fazer às demais repúblicas latino-americanas para que, com forças de legalidade, se derrube o governo atual da Guatemala, não chego a convencer ninguém da justiça da causa norte-americana. É necessário que o governo dos Estados Unidos tenha a coragem de separar a política exterior americana dos interesses da United Fruit. A trama indecorosa que se procura urdir contra a soberania da Guatemala e dar uma aparência de legalidade no ato criminoso da destruição de um governo soberano, nem mesmo a hipocrita afirmação do embaixador Kemmer de que «a Guatemala é comunista e que o governo americano está preocupado com a situação provocada pelo «Guatemalteco», chega a convencer aqueles que não são vítimas de incurável demência.

Se na verdade o governo dos Estados Unidos tivesse qualquer preocupação pela sorte da democracia neste continente e alvares, não bem estar dos povos semi-desenvolvidos deste continente e do mundo, saberia avaliar o alcance da reforma agrária guatemalteca que começou por desapropriar terras da United Fruit e procuraria auxiliar a Guatemala (Conclui na 7.ª pag.)

## PARA GOVERNADOR



JANIO QUADROS  
Candidato pelo Partido Socialista

# FRENTE IDEOLÓGICA OS FUNDAMENTOS DO SOCIALISMO

## O STALINISMO

— II —

A burocracia como classe dominante assume um papel completamente diferente do que desempenhava quando constituía um apêndice, necessário mas dependente, das classes reais da sociedade. Por definição, a burocracia manja o aparelho estatal, tira a sua força do poder político. Se este é relativamente independente das classes sociais, a burocracia se fortalece. Ora, esta independência é a própria característica de transição. Daí o papel relevante nela desempenhado pela burocracia.

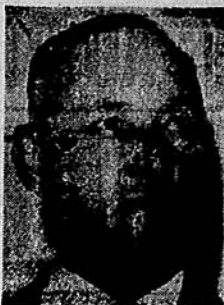
Aparece aqui agora, a importante diferença entre o atual período de transição e os outros. A revolução proletária, longe de criar novas classes dominantes, lança as bases para uma sociedade sem classes. Destruindo todas as classes sociais — através da abolição da propriedade privada dos meios de produção — a revolução abre uma nova perspectiva à burocracia: a de, através do controle político do estado obter o controle econômico de toda vida produtiva do país — e desta forma transformar-se de uma casta exploradora da exploração por outrem efetuada, numa classe diretamente exploradora.

O processo de exploração econômica torna-se assim — pela primeira vez desde o feudalismo — possível graças ao domínio político. Política e economia se fundem inteiramente. É o que exprime Trotsky quando dizia que para a Rússia a democracia é uma necessidade econômica. Por este motivo a próxima revolução proletária russa, embora pareça ter apenas tarefas políticas na realidade tem uma profunda modificação econômica e social por objetivo.

Um regime stalinista, exatamente por ser um regime de transição, não está isento de contradições. Muito pelo contrário. A realidade russa mostra claramente que a planificação econômica para criar uma economia harmoniosa e equilibrada precisa contar com a participação ativa, feita com plena liberdade de crítica e poder de fiscalização, de todos os grupos econômicos da sociedade, principalmente das grandes massas camponesas constituídas pelo proletariado e pelo campesinato. A ditadura — condição indispensável do domínio burocrático — obsta inteiramente esta participação. Daí a contradição essencial do regime. A classe dominante elabora os seus planos quinzenais desconhecendo completamente os sentimentos e desejos das massas que devem executá-los. A industrialização intensiva leva milhões de trabalhadores do campo às cidades. Estas tornam-se superpopuladas, nelas faltam moradias e todos os demais meios de satisfação das necessidades mais elementares. Por outro lado, decaem a agricultura, que se torna deste modo incapaz de abastecer o grande mercado urbano em crescente expansão. A concentração de estoques na indústria pesada, trás consigo a escassez dos artigos de consumo, com os quais a cidade paga os alimentos que recebe do campo. Acrescenta-se a tudo isto o fato de que é preciso compensar a burocracia dominante, garantindo-lhe um superior nível de vida. Deste modo, agrava-se a miséria das massas ainda mais, para proporcionar aos diretores de fábricas, fazendas coletivas e empresas de toda espécie, aos oficiais do exército, marinha e aviação, aos altos hierarcas do governo, do partido, da polícia, e G. P. U., polícia secreta), aos esportistas e cientistas oficiais, aos artistas e escritores do regime gordos salários empregados domésticos e casas de campo, carros particulares com chauffeurs (geralmente agentes da G. P. U.) e especiais facilidades educativas, sanitárias e culturais. A cada novo passo a burocracia se encontra metida em novas contradições. Desejando estimular a produção agrícola, garante certas concessões aos camponeses, à custa do já super-explorado cidadão. Advem daí em êxito em direção ao campo, ponto em perigo a indústria, por falta de mão de obra. Daí se origina um movimento do regime em sentido contrário que elimina o anterior. Nestas reviravoltas contínuas, sempre acompanhadas de auto-críticas e expurgos, em massa, o regime vai se desmoronando. Incapaz de obter a participação espontânea dos trabalhadores na construção da economia do país, o regime cria uma planificação às cegas, cujos erros são corrigidos a posteriori, implicando ambos, erro e correção, na degradação e ruína de milhões.

A burocracia oferece a esta contradição, que não pode superar sem renunciar à sua posição de classe dominante, uma dupla resposta: em primeiro lugar, estimulando a luta contra a burocratização que nada mais é que a luta contra as deficiências do aparelhamento burocrático através de meios burocráticos. Constituem-se dezenas de comissões de controle cuja tarefa é se controlarem mutuamente e ao mesmo tempo as camadas inferiores da burocracia. Por outro lado, expõe-se estas últimas à crítica popular em dadas e escolhidas ocasiões, punindo burocraticamente, a este ou aquele funcionário relacionado. É claro que isto nada resolve, embora toque, uma talha solução no ponto central da questão: a necessidade de submeter o aparelho estatal ao controle democrático do povo. De certa forma corresponde àquelas organizações de caridade (como o Exército de Salvação e outras) que no regime capitalista reconhecem a existência de uma questão social embora a solução que lhe oferecem não chegue a ser

## PARA DEPUTADO FEDERAL



FRANCISCO GIRALDES FILHO

## APOSENTADORIA INTEGRAL PARA OS TRABALHADORES

RIO, 9 (Folha Socialista) - Em companhia do Sr. Yolanda Guerra, representante no D. Federal dos Sindicatos de comerciantes de Campos e Manaus, um grupo de dirigentes sindicais cariocas irá hoje ao Senado, a fim de exami-

narem com o senador Nestor Massena relator do projeto de aposentadoria integral para os trabalhadores na Comissão de Serviços Públicos Civis, a possibilidade de ser esse projeto enviado à Comissão de Finanças em virtude de não estar o assunto pendente de exame daquela comissão técnica.

Na segunda notícia do "Diário Oficial", um pedido de urgência para o referido projeto, pedido este que será reforçado hoje pela comissão dirigentes sindicais.

Pelas Liberdades Democráticas Votem com o Partido Socialista

## DISCIPLINA PARTIDARIA

Nenhum dirigente ou militante do Partido Socialista Brasileiro pode participar, pela sua ação ou assinatura, de qualquer movimento ou documento de natureza política e social, alheio ao Partido, sem prévia autorização do órgão a que estiver subordinado. (Resolução do Diretório Nacional em 6-2-54).

esta mesmo um paliativo eficaz. Os reformistas do stalinismo (eles existem também e em não pequena número, principalmente nos círculos sindicais) acreditam ingenuamente que a extensão destes métodos de lutas contra a burocratização equivale a uma democratização do regime assim como os reformistas do capitalismo supõem que a estatização da atividade particular corresponde a uma socialização do capitalismo.

Os burocratas soviéticos, melhor do que ninguém, sabem o quanto é illusório esta primeira solução e por isso recorrem cada vez mais à segunda, a extensão e intensificação da exploração do trabalho. É neste sentido que é preciso compreender o fenômeno do imperialismo stalinista, com o domínio da força e a exploração brutal dos países da Europa Central e Oriental, dos Bálcãs e do Báltico, e da Ásia. É também a criação de amplos campos de concentração e trabalho forçado, onde milhões de escravos modernos, milhões políticos do regime, opositores religiosos e populações inteiras de nacionalidades minoritárias, fornecem mão de obra barata com limitadas possibilidades, de ser explorada. A rapina dos países satélites e a exploração do trabalho escravo, deve compensar a brutal exploração da proletariado e campesinato russo pela burocracia e as tremendas irregularidades do planejamento econômico, que leva a depressões sucessivas, deste modo exportando a miséria russa aos países limitados. É desta fonte que se alimenta, em grande parte o estalinismo. Isto é a criação de camadas de trabalhadores privilegiados cujo bem-estar se funda na super-exploração dos escravos nos campos siberianos do mesmo modo que a aristocracia operária das metrópoles capitalistas mantém o seu alto nível de vida à base da super-exploração do trabalho colonial. É claro que também esta não é uma solução permanente. A fonte de riquezas das Democracias Populares não é inesgotável e urge pensar em novos passos expansionistas. Isto leva, no entanto, a choques com o outro imperialismo, no caso, o americano. Desta forma acha-se a burocracia entre a espada e a parede. Internamente consumida pelas contradições do seu próprio regime, eternamente contida pelo imperialismo rival e também pela crescente revolta dos povos, poucas sanidas lhe restam. Já chegou, no momento atual, à era dos compromissos, que de resto pouco lhe adiantarão. O proletariado russo e das Democracias Populares não se satisfaz com a restituição de uma pequena fração do que a exploração burocrática lhe retira. Os primeiros sinais de luta aberta já se fizeram sentir em 1953, com a onda de greves e manifestações de massas que varreu em junho daquele ano Berlim, a Alemanha Oriental, a Polónia e a Tchecoslováquia seguida, em agosto daquele mesmo ano, dumha heroica greve dos trabalhadores escravos em Workuta, na Sibéria. É a alvorada de uma nova era revolucionária, que constituirá uma das lutas fundamentais de nossa época.

## COMITÊ DO BAIRRO DE SOCORRO PRÓ HOZAI R MOTA MARCONDES

Por ocasião da instalação do Comitê do Bairro de Socorro, Santo Amaro, pró candidatura do companheiro Hozair Mota Marcondes, o presidente daquele órgão eleitoral, Tarraquacuto, Priscoal Militero, pronunciou um discurso no qual impressionou um fundamento os presentes, do qual coltremos o seguinte resumo:

"Sojara as minhas primeiras palavras, um registro vivo do meu apreço e da minha gratidão ao povo deste bairro, recuando abençoando onde sempre vivemos em boa paz!"

Cabe-me ainda dizer, de dar-vos uma satisfação constante ao meu afastamento do modesto

mas honroso cargo de Juiz de Paz deste subdistrito. E, saltafazendo-o, dirvois-lhe apenas que tenho a consciência plenamente satisfeita e indistintamente tranquila, dos que com honestidade e patriotismo desempenham as funções públicas que lhes são nefetas, com outro objetivo senão o de corresponder a confiança dos que houveram por bem designá-los, nomeá-los ou elegê-los. E é com esse espírito forte e de cabeça ereta, que vos afirmo esta tranquilidade, mantendo a minha personalidade de todos os dias, bem superior a interesses outros.

Agora, seja-me permitido apresentar-vos com particular emoção, o euclante sr. Hozair Marcondes que, com a sua brilhante conduta, composta de homens probos, senhores de excelente bagagem de trabalhos e realizações e de credenciais inatacáveis, ora nos honra com a sua amável visita, com o propósito de estudar conosco a situação político-nacional, embora em linhas gerais ou em síntese, porque assumo evidentemente complexo, mas... de sorte a nos orientar para o próximo pleito eleitoral de outubro, face aos honras que se apresentam com "III" — miséculo —, bem grande bem visível, bem apreciativo, e face aos que se apresentam com "II" miséculo —, tão pequenino que seria perdido u'a lente especial para v-los entre os nossos milhões de habitantes...

Meus caros patriotas, costamos e amigos, façamos uso da maior dadeiva da natureza, a inteligência; e da nossa maior arma política, o voto.

O nosso bairro cresce com S. Paulo e, conseqüentemente, com o Brasil... zelar pelo interesse do nosso bairro, é zelar pelos interesses de S. Paulo e do Brasil, e para zelarmos patrioticamente, faz-se mister que tenhamos representantes no Poder. A altura da nossa demanda, do nosso trabalho construtivo, do nosso amor ao BRASIL.

## PARA DEPUTADO ESTADUAL



DOMINGOS CARVALHO DA SILVA

## PARA DEPUTADO FEDERAL



PLINIO GOMES DE MELO

# FOLHA SOCIALISTA

ORÇAO DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Direção Regional do Estado de São Paulo

TABELA DE PREÇO POR CENTIMETRO DE COLUNA

1ª página ..... Não aceitamos

Demais páginas internas ..... Cr\$ 40,00

Última página ..... Cr\$ 50,00

TAMANHO E DIVISÃO DA COLUNA

Altura da coluna ..... 40 cent.

Largura da coluna ..... 5 cent.

Assinatura anual ..... 50,00



# ATIVIDADES DO P. S. B.

# RESENHA INTERNACIONAL

Colapso francês na Indochina:

As últimas notícias sobre a guerra na Indochina mostram que está começando a se desmoronar rapidamente a defesa dos franceses na Indochina, ante rápidos e vigorosos ataques das forças comunistas. É de se prever para breve a queda da capital do Vietnã em poder dos atacantes, o que se seguirá, por certo, a completa desmoralização e derrota dos franceses e vietnamitas.

Fato expressivo que vem ocorrendo nos últimos dias, como anunciam os telegramas, é o grande número de deserções entre os soldados nativos do Vietnã. Unidades inteiras, com os respectivos equipamentos, têm se passado para o lado das forças comunistas. Isto mostra que a posição dos franceses é cada vez mais impopular e que a desmoralização do seu sistema colonial já atingiu grande extensão.

A luta militar é sempre o prolongamento de uma luta política. Segue-se, daí, que o lado politicamente mais forte tem sempre mais possibilidades de êxito. E, na Indochina, os comunistas contam com muito mais força política que os franceses, porque se apresentam como campeões da independência nacional e do progresso social contra ocupantes imperialistas estrangeiros e seus aliados das classes dominantes, integradas por potentados corruptos e escravocratas.

Para que a situação militar mudasse na Indochina, portanto, os franceses deveriam começar por mudar radicalmente a sua posição política e transformar-se, eles próprios, em promotores e defensores da independência nacional e do progresso no país. Mas isso parece que é muito difícil, impossível mesmo. Nem o governo Mendes-France nem qualquer outro que lhe suceda, na atual estrutura da França, serão capazes de um empreendimento desses.

Projeção internacional da China:

Como já dissemos nestas notas, um dos poucos resultados da Conferência de Genebra foi a projeção adquirida pela China, que teve de participar dos debates, uma vez que as soluções dos problemas asiáticos dependem muito dos chineses. A delegação comunista chinesa entrou em contato com numerosas personalidades políticas do mundo ocidental e até com grande número de capitalistas desejosos de estabelecer relações com o imenso mercado chinês.

Como consequência, parece que vamos ter, dentro em pouco, colocada na pauta das discussões da ONU, a questão da admissão da China e conseqüente estabelecimento de relações diplomáticas entre o governo chinês e os governos ocidentais. A Inglaterra, possivelmente, apresentará e defenderá essa questão. A recente chegada de Churchill e Eden aos Estados Unidos parece que teve como objetivo principal "preparar o terreno" para a solução do problema. Churchill e Eden provavelmente tentaram convencer seus amigos do governo norte-americano da necessidade de renunciar à sua obstinada oposição quanto à entrada da China na ONU.

Entretanto, nos Estados Unidos já está se levantando uma onda de propaganda contra a entrada da China na ONU. Figuras políticas norte-americanas já deixaram faculdade nos jornais nesse sentido. O reacionarismo estreito da política externa parece estar exacerbado com as tentativas dos ingleses de resolverem a questão. Mas, por certo, não são apenas políticas as razões dessa reação norte-americana. Há também, razões econômicas. Os grandes capitalistas norte-americanos temem que o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais entre a China e os demais países abra melhores perspectivas econômicas para a Inglaterra e o Japão, livrando estes países da situação de dependência em relação ao dólar, em que se encontram atualmente.

Acreditamos, entretanto, que a posição norte-americana será vencida e, com isso, será dado um grande passo para a solução dos problemas asiáticos e para a paz mundial.

Liquidação da Guatemala:

Um golpe militar pôs fim ao regime democrático presidido pelo sr. Jacobo Arbens, na Guatemala. Os autores do golpe logo entraram em acordo com o "coronel" Castillo Armas, chefe da invasão do país estendizada pelos imperialistas norte-americanos e estabeleceu-se uma ditadura militar, no sistema já clássico dos países latino-americanos mais atrasados.

O novo "governo" militar distinguiu-se logo pela ferocidade na repressão ao comunismo. Nessa repressão, naturalmente foram envolvidos como "comunistas" todos aqueles que se destacaram na luta contra o imperialismo norte-americano, representando principalmente pela "United Fruit Company". Os jornais anunciam fuzilamentos sumários de líderes "comunistas", realizados com os benêfícios do arcebispo da Guatemala, que já saudou o sr. Castillo Armas como herói nacional. Temos, portanto, instalado na Guatemala o terror branco, cuja ferocidade, confessada pelas próprias azevilhas noticiosas norte-americanas, deixa longe aquilo que se aliça do "terror vermelho" já existente antes do golpe militar.

Mas, com certeza, os imperialistas norte-americanos perderam mais do que ganharam, com a liquidação do governo legal e democrático da Guatemala e a sua substituição por um grupo de militares reacionários. O caso da Guatemala constitui uma desmoralização da política externa reacionária dos Estados Unidos e a sua repressão em todo o mundo, especialmente na América do Sul, foi muito intensa. De ora em diante, em todas as tentativas feitas pelos Estados Unidos para se apresentarem como campeões da liberdade contra a União Soviética sempre se lhes poderá ouvir o caso da Guatemala, no qual os norte-americanos se colocaram como defensores da escravidão contra um governo democrático e libertário como foi o de Jacobo Arbens.

**ADAMANTINA**  
DIRETORIO MUNICIPAL DO PSB — Em convenção municipal realizada no dia 14 de junho último, foi eleito o Diretorio Municipal do Partido Socialista Brasileiro de Adamantina, que ficou assim constituído: Miguel Mangieri, presidente; Abdon Prado Lima, secretário; Pio Gasperetti, tesoureiro; Frederico Batará, suplente; Antônio e Pascoal Tonini, membros.

**ALVARES MACHADO**  
DIRETORIO MUNICIPAL DO PSB — Em ato que se realizou aos 15 de junho próximo passado, verificou-se a constituição do Diretorio Municipal do Partido Socialista Brasileiro de Alvares Machado, com a seguinte composição: Alfredo Malhi, presidente; José Pacco, secretário geral; Rubens Louzada, secretário; Albino dos Santos, tesoureiro; Francisco Louzada Neto, secretário de propaganda; Carmino Simoni, secretário de arrecadação; Solomão Salemen Abrão, secretário de finanças; Pedro Pacco, secretário de educação e assistência; Bernardo Taka, secretário sindical.

**BARRA BONITA**  
DIRETORIO MUNICIPAL DO PSB — Foram eleitos, na reunião realizada em 5 de junho último, o Diretorio Municipal do Partido Socialista Brasileiro de Barra Bonita, que está assim constituído: Antonio Bantolano, presidente; Antonio Mantovani, secretário; Rafael Valenzanz, tesoureiro; Victorio Rossetti e Maurício Napolitano, membros.

**DOIS CORREGOS**  
DIRETORIO MUNICIPAL DO PSB — Realizou-se dia 9 de junho próximo passado, a reunião constituinte do Diretorio Municipal do Partido Socialista Brasileiro de Dois Corregos. O referido Diretorio ficou assim constituído: Francisco do Carmo, presidente; Alcides Rodrigues, secretário; Romelio Nino, tesoureiro; Laercio Scantimbugo, Ricardo Mesquita, membros; Aristide Della Dêa Filho coordenador de propaganda e Agenor Scantimbugo, diretor sindical.

**IRAPURU**  
DIRETORIO MUNICIPAL DO PSB — Aos 15 do mês de junho último realizou-se a reunião de constituição do Diretorio Municipal do Partido Socialista Brasileiro de Irapuru, que ficou assim constituído: Angelo Esnarriaga,

presidente; Augustinho Dias Galvan, secretário; Bernardino Mala, tesoureiro.

**JUNQUEIROPOLIS**  
DIRETORIO MUNICIPAL DO PSB — Em convenção realizada aos 2 de junho último, foi constituído o Diretorio Municipal do Junqueiropolis, que ficou composto da seguinte forma: Gerolino Pereira Costa, presidente; Luiz Moacir, secretário; Ananias José dos Santos tesoureiro; Carlos Elias, José Nakao e Cláudio Gonçalves membros.

**MACATUBA**  
DIRETORIO MUNICIPAL DO PSB — Foi constituído em reunião de 16 de junho último, o Diretorio Municipal do Partido Socialista Brasileiro de Macatuba, que está assim constituído: Vergílio Médola, presidente; Italo Médola, secretário; Antonio Barruque, tesoureiro; Moacir Ribeiro 1.º secretário; Aloisio Florenzano, 2.º secretário; Ferdinando Chlari, secretário de finanças; Celso Baldacino, secretário de propaganda; Luiz Paletti, secretário sindical; Ernesto Magalhães, secretário de educação e assistência; José Bento de Oliveira, membro.

**MINEIROS DO TIETE**  
DIRETORIO MUNICIPAL DO PSB — Realizou-se aos 9 do mês de junho passado o ato de constituição do Diretorio Municipal do Partido Brasileiro de Mineiros, de Tietê, que está assim formado: Santo Gazoto, presidente; Paulo Pinelli, secretário; Virgílio Lizieri, tesoureiro; Nicola Luciano Iriueu Pinelli, membros.

**VOTUPORANGA**  
DIRETORIO MUNICIPAL DO PSB — Em reunião realizada aos 8 de julho corrente, foi eleito o Diretorio Municipal do Partido Socialista Brasileiro de Votuporanga, com a seguinte constituição: Renato Jacinto Muniz, presidente; Odácio Miguel Salim, vice-presidente; Mario Baracesso, 1.º secretário; João Machado Lopes, 2.º secretário; Antonio Pion Filho, 1.º tesoureiro; José Stachissimi, 2.º secretário; José de Paula Costa Rezende, Serapião Luiz Ferreira e José Miranda membros.

**JOSE BONIFACIO**  
DIRETORIO MUNICIPAL DO PSB — E o seguinte o Diretorio Municipal do Partido Socialista Brasileiro de José Bonifácio, constituído em reunião realizada aos 5 do mês corrente: Rubens Spínola do Amaral, presidente; Arlindo Firmiano da Silva; João Zanusso, 1.º secretário; Benedito Ramalho Junior, 2.º secretário; Benedito Dias, 1.º tesoureiro; Durval Costa, 2.º tesoureiro; Aurelio Zanusso, Domingos Catalani, José Luiz Garcia, Antonio Catapani, Luiz Spesito, Cesário Pereira Cristal, José Firmiano da Silva, José Joaquim de Brito e Roberto Buzatto, membros.

**PARA DEPUTADO ESTADUAL**



ALÍPIO CORREA NETO

## EDITORIAL:

## O INTERIOR DO ESTADO E O MOVIMENTO DE 22 DE MARÇO

Intensa tem sido a repressão e o interesse despertados pelos comícios realizados por Janio Quadros e Porfirio no Interior do Estado. A imprensa da Capital, extremamente servil aos interesses das organizações de classe da burguesia paulista e orientação do sr. Garcia, que tem distribuído fartamente sincretas entre as pessoas de maior influência dos grandes jornais, resolveu adotar atitude de silêncio completo em relação aos comícios da campanha de Janio e Porfirio. Quando não, faz apenas ligeiras referências, comentando que o grande afluxo de gente a essas reuniões públicas, é devido à curiosidade natural despertada pela figura do prefeito Janio Quadros, que é desconhecido no Interior paulista.

O certo é que o maior comparecimento de povo sobretudo de trabalhadores, nos comícios realizados no Interior do Estado, mostra que está havendo grande disposição, por parte da massa popular de participar da atual campanha eleitoral. Mostra que o povo do Interior está procurando se libertar do controle dos chefetes políticos locais, que até agora têm servido às classes dominantes, através dos partidos conservadores, ou aos aventureiros políticos, como parceiros de malandragem. A incapacidade política das classes dominantes, representadas pelos partidos conservadores — PSD, UDN e PR — para enfrentar os problemas mais prementes do país, tem fornecido oportunidade para a ascensão dos aventureiros — Ademir e Borghi em São Paulo. Mas estes também grandemente desmoralizados. O povo já conhece, pela própria experiência, que os aventureiros tipo Ademir e Borghi, são peores ainda do que os políticos conservadores de confiança da burguesia, porque além de servirem aos interesses das classes capitalistas dominantes, asarretam prejuízos enormes aos cofres públicos, pela corrupção e desorganização que espalham no aparelho estatal, prejuízos esses que são, aliás suportados pelo próprio povo. Por isso, na Capital de São Paulo, a 22 de março o povo reagiu, derrotando os políticos conservadores e os aventureiros, que se haviam aliado em torno da candidatura Cardoso e elegeram Janio e Porfirio, que representavam um movimento de oposição a situação dominante.

Agora, o mesmo movimento de oposição aos aventureiros e aos políticos conservadores se estende ao Interior do Estado. É visível o declínio da força eleitoral do sr. Ademir. Apesar de haver ele formado uma chusma de cabos eleitorais e interessados na sua campanha, através de favores governamentais e promessa de grandes cavateiros se ele for no Governo do Estado, sua prestígio caiu dia a dia. De Borghi, então, nem mais se cogita. Tudo indica que ele nem chegará até o fim da campanha. E, quanto aos políticos conservadores coligados em torno da candidatura Prestes Maia, não obstante haverem eles apresentado um candidato saído fora dos seus quadros partidários, que não é bem um político conservador, mas um técnico de gabinete, não conseguem penetração no Interior do Estado. A reação contra esses homens, que representam os interesses das grandes fazendeiros, dos banqueiros e industriais é intensa.

Há, ainda, a candidatura Toledo Piza, que não se conta. Parece que ela foi simples instrumento de manobra com que Getúlio e Janio entraram no jogo da sucessão paulista Ninguém toma conhecimento dela, no Interior como na Capital.

Parece, portanto, que vamos ter, em escala estadual, a vitória do movimento popular de 22 de março. Para isso, porém, será necessário que este movimento se mantenha fiel ao seu sentido histórico, que é o da liquidação do aventureirismo político e dos quadros da política conservadora burguesa, pela consolidação do regime democrático e realização das reformas mais sentidas pela população. A presença do Partido Socialista Brasileiro na campanha Janio Porfirio representa uma garantia de que ela não se desvirtuará. Mas tudo depende, ainda, da atuação dos socialistas, dentro da campanha.

Os socialistas, dentro do movimento de 22 de março, que ora se estende ao Interior do Estado, deverão ser os mais ativos no estímulo à combatividade das massas populares, em torno das reivindicações e conquistar que têm nesse movimento a sua possibilidade de realização.

# EDUARDO BARNABÉ' NOVA DIRETORIA DOS COMERCIARIOS

## Venceu as eleições no sindicato da Mogiana

O líder ferroviário alcançou votação superior ao dobro daquela obtida por seu competidor, que foi apoiado pela administração da Estrada — Como está constituída a nova Diretoria e seu Conselho Fiscal

Realizaram-se, há dias, as eleições para renovação da Diretoria e do Conselho Fiscal do Sindicato dos Ferrovários da Zona Mogiana, em Campinas, cuja apuração evidenciou a saugadora vitória do nosso companheiro Eduardo Barnabé, que encabeçava a chapa de oposição. Enquanto a chapa encabeçada por Lair Burckauer, que era prestigiada pela administração da Estrada e pelos pelegos, obteve apenas 770 votos, a chapa de Barnabé alcançou a expressiva votação de 1.607 sufrágios.

A campanha eleitoral se desenvolveu em ambiente de mais viva competição, pois os adversários do líder socialista da Mogiana tudo fizeram para incompartilhá-lo com a massa ferroviária, (tando-o de «comunista», etc. M.m., de nada adiantou essa insidiosa campanha de intrigas e difamações. Os ferroviários já conheciam bastante seu verdadeiro líder, estavam bem ao par de suas campanhas na Câmara Municipal, onde sempre esteve pugando em favor de sua classe, correspondendo, assim, plenamente, aos apelos da chapa de oposição, os ferroviários da Mogiana deram uma excelente lição à administração da Estrada, mostrando-lhes que o seu Sindicato lhes pertence e não aos donos da Companhia.

Está assim constituída a nova Diretoria do Sindicato dos Ferrovários da Mogiana: Presidente, Eduardo Barnabé; Vice-Presidente,



EDUARDO BARNABÉ' candidato a deputado estadual

Sebastião Neves; 1.º Secretário, Benedito Roberto Barbosa; 2.º Secretário, Paulo Aquino Sales; 1.º Tesoureiro, Pedro Nogueira; 2.º Tesoureiro, Alcyri Pupatti; e Bibliotecário, Francisco Azevedo Alves.

Suplentes da Diretoria: Francisco Mendes, José Morelli Filho, Joaquim Rabelo, Pedro Pereira Padilha, Mario Forato, Vicente Mano e Waldomiro L. Silva, Conselho Fiscal: Juvenal de Souza, José Rodrigues Cavalheiro Junior e Guercindo Colombo; suplentes: José de Moraes, José Salateo e João da Silva Borges.

«FOLHA SOCIALISTA», que

vem acompanhando com o mais vivo interesse a atuação do companheiro Eduardo Barnabé no Sindicato dos Ferrovários da Mogiana e como representante do seu Partido na Câmara Municipal de Campinas, associa-se às manifestações de contentamento e solidariedade dos ferroviários e dos socialistas pela esplêndida vitória agora obtida, nas eleições de seu Sindicato, desejando-lhe uma administração frutífera e benéfica de seus companheiros, de classe e dos trabalhadores em geral.

Dia 10, do mês de junho, realizou-se as eleições no Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo, para escolha da nova diretoria. Duas chapas concorreram ao pleito. A chapa n.º 1, encabeçada pelo sr. Rui Barbosa, foi eleita por grande margem de votos perfazendo um total de 1217 votos. A chapa n.º 2, encabeçada pelo sr. Julio Cossoy, obteve apenas 695 votos. Os componentes da chapa eleita são os seguintes: Para diretoria: Rui Barbosa, Antonio José Fava, Joaquim Vivente, Silvio de Vasconcelos, Torquato V. D., Ariosto Martire, Emilio Tobias Cassib, Dionisio Peres. Para Suplentes: Carlos Comino, Tiburcio Correa de Araujo, Maria Gessulo, Ataide José Sais, Miguel da Silca, Americo Atílio Stapani e Atílio Micchi.

Conselho Fiscal: Amadeu Danilo Munhoz, Hugo Leplet e Michelino Abacé; Suplentes: Ferdinando Prospero, Luis Destruiti e Nelson Aparecido Celico. Delegados ao Conselho da Federação: Antonio José Fava e Paulo Teixeira da Silva Suplentes, Michelino Abacé e Ataliba Carvalho de Lara. A Diretoria eleita deverá tomar posse no dia 12 de julho, ou seja, um mês após as eleições.

### ABSTENÇÕES

Volaram apenas 1937 eleitores quando o numero comparecer a urnas deveria ter sido de 3.680 eleitores. Contudo, o «quorum» para as eleições que de acordo com a lei é de 50% mais um eleitor, foi ultrapassado por 96 comparecimentos. As mulheres, em seu maioria, obtiveram-se de votar.

# Passará a ser Sindicato a União dos Ferrovários da Sorocabana

Reuniram-se em Sorocaba, no Cino Eldorado, gratuitamente cedido para esse fim, os associados da União dos Ferrovários da Estrada de Ferro Sorocabana, que debateram

vários assuntos que ora procuram a classe.

Nessa ocasião, o presidente da entidade sr. Guerinio Fernando dos Santos informou que o Ministério do Trabalho aprovou a transformação da União em Sindicato de classe. A propósito, Sebastião de Souza Pinto, que fóra a Capital Federal juntamente com o consultor jurídico da União, fez pormenorizados esclarecimentos sobre o andamento do processo, esclarecendo que a concretização dessa aspiração de quantos ali estavam presentes depende agora, tão-somente, da aprovação final pelo presidente da República.

Ainda com referencia ao assunto, é oportuno esclarecer que segundo termos do processo, a diretoria atual da União permanecerá efetivamente dirigindo a entidade, em sua nova fase. Desta forma, Guarinio Fernando dos Santos, Luiz Baschella, Virgílio Marques Penteado, Luiz Lapleira, José João Masurcato e Manoel Inácio dos Santos, ficarão na direção central do futuro «Sindicato dos Ferrovários da Estrada de Ferro Sorocabana», coadjuvados pelos diretores das delegacias regionais de Botucatu, na pessoa de Mario Franco de Godoy, José Tiago e Alberto Assunção; de Assis, representada por Benjamin Sabino de Godoy, Nelson Calônico, Olimpio Nareiro e Francisco Antonio Ojuava; de Sorocaba, por José Garcia Martin, Carlos Moreira Soares, Jácomo Tota, Domingos Venancio Mendes e Amadeu Ferreira; de Itu, por Edgard Canavim, Antonio Francisco Paula, Jorge Michel, José Benedito Oliveira, Rubens de Jesus Costa e Eleodoro Oliveira.

Diversos oradores fizeram uso da palavra, quando se discutia a posição do governador do Estado, que por razões desconhecidas, não recebeu os representantes da União, quando estes estiveram no Palácio dos Campos Elípticos para expor suas pretensões referentes ao aumento de salário. Críticas foram levadas, tendo, ao final, sido designado o dia 18 como prazo definitivo para uma resposta do Governo sobre o assunto e também, uma assembléa para o dia 25, para apreciá-la.

Quando ao ultimo ponto da ordem do dia, o Congelamento dos Preços, sem discussões, deliberaram os convencionais enviar memorial aos poderes Executivos e Legislativos.

# NOVA DIRETORIA DO SINDICATO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

No pleito destinado à escolha da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de São Paulo, venceu a chapa n.º 1 por 771 contra 336 dados à chapa n.º 2. A nova diretoria ficou assim constituída:

Para diretoria: Pedro Gilardi Filho, Vicente Bertelli, José Rodrigues Cunha, Lula Menest e Benedito Góis Maciel. Para suplentes da diretoria — Vicente Domingues Pedro, Domingos Ra-

nire, Geraldo Francisco de Assis, Hermínio Apolinário e Abrelho Vargas. Para o Conselho Fiscal — José Tabaraç, Fernando Deroldo e Bruno Tomaz. Para suplentes do Conselho Fiscal — Paulo Emanoel Rodrigues, José Pavaneli e Francisco Gonçalves Dias. Para Conselho da Federação. — Luis Menest e Pedro Gilardi Filho. Para suplentes do Conselho da Federação — José Tabaraç e Armando Remedi-

# TRABALHADORES DO COMERCIO ARMAZENADOR RECUSAM A PROPOSTA PATRONAL DE AUMENTO

Os trabalhadores do comercio armazenador realizaram na sede do Sindicato, uma assembléa específica para discutir e deliberar sobre a previsão orçamentária para o ano de 1955. Após alguma discussão foi aprovado o parecer do Conselho Fiscal que prevê gastos de 250.000 cruzeiros para o próximo ano.

### REPELIDO A PROPOSTA PATRONAL

Após a assembléa o presidente do Sindicato aproveitou a ocasião para levar ao conhecimento dos associados a proposta patronal de 15 por cento de aumento de salários. Proposta essa que, de imediato, sendo rejeitada, desartou o maior repêido entre o

grande numero de trabalhadores presentes. Permanecerá, portanto esse trabalhadores, firmes ao lado dos demais trabalhadores até a conquista dos «três pontos», aumento de salários satisfatório, salário mínimo e congelamento de preços. Ficou decidido ainda que dentro dos proximos 8 dias, em data a ser marcada, deverão realizar nova assembléa geral extraordinária para tratar do aumento de salários. Além disso foram escolhidos os srs. Antonio Granato e Isai Pereira dos Santos, diretor do Sindicato e membro da Comissão de Salários, respectivamente, para representarem seu órgão de classes na concentração dos trabalhadores ser realizada amanhã, no Rio, pelo salário e congelamento de preços.



Feliciano Nunes

Nascido nesta Capital, filho de operários. Militante sindicalista, ativista do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carne e Derivados e de Pães de São Paulo. Tem tomado parte ativa em todos os movimentos em defesa da liberdade e autonomia sindicais. Direito de greve. Participação nos lucros das empresas. Salário mínimo, reajustamento de salários e congelamento de preços. Candidato a deputado estadual.



Gabriel Nicoletti

Natural desta Capital. Aos 11 anos iniciou-se como aprendiz no Cotifinício Crespi, tendo exercido essa profissão na fabrica Alparagatas, além de outras tecelagens paulistas. Autodidata conseguiu impor-se como tecnico em assuntos contábeis. Tem participado de quase todos os movimentos populares, em defesa dos direitos fundamentais dos trabalhadores e pela liberdade de pensamento e legalidade de todos os partidos políticos. Candidato a deputado federal.



José Costa Sampaio

Natural do Estado de Alagoas, nascido na cidade de Palmeira dos Índios. Radicado no Estado de S. Paulo, onde constituiu família, sempre se destacou nas lutas pelos direitos fundamentais do homem, pela garantia das liberdades democráticas e pelas reivindicações das classes media e operaria. Candidato a deputado estadual, indicado pelos militares do Partido, em São Bernardo do Campo.



Aristides Prado

Filho de camponeses, natural da cidade de Pirajui. Iniciou-se na vida pratica como garçon, servente de pedreiro, balanceiro de máquina de café, empregado no comercio. Atualmente pertence ao quadro do funcionalismo estadual. Jornalista militante no Interior, fundador do Partido Socialista Brasileiro, militante convicto desde os tempos da Esquerda Democrática. Candidato a deputado estadual.



# Candidatos do Partido Socialista

**PARA GOVERNADOR**  
**JANIO QUADROS**  
**PARA VICE**  
**PORFÍRIO DA PAZ**  
**PARA DEPUTADOS FE-**  
**DERAIS**

Afonso Mendes  
 Emiliano Nobrega  
 Francisco de Assis Guimaraes  
 Francisco Giraldes Filho  
 Fulvio Abramo  
 Gabriel Nicoletti

Jecônias E. Silva  
 João Carlos Azevedo  
 Lauro Ramos de Nogueira  
 Manoel Messias de Oliveira  
 Mario Gava  
 Plínio Gomes de Mello  
 Rogê Ferreira

Samuel Alves de Melo  
 Walter Balan  
**PARA DEPUTADOS ES-**  
**TADUAIS**

Agostinho Andrade Campos

Alberto Eliezer Filho  
 Alfeu Sampaio

Alípio Corrêa Neto  
 Anselmo Gomes

Aristides Prado  
 Aristides da Silveira Lobo

Antonio Pereira  
 Carlos Alberto Erbolato

Clovis Magon  
 Cid Franco

Dip Abdo  
 Domingos Carvalho da Silva

Durval de Moraes  
 Edson Batista Barreto

Eduardo Barnabé  
 Elisio Prado Moreira

Enéas Fagnani  
 Eusímio Batista

Fabio Moura  
 Fausto Longo Pereira

Felux Gikovate  
 Feliciano Nunes

Francisco do Carmo  
 Gerolimo Pereira da Costa

Germinal Feijó  
 Hermes Dutra de Menezes

Hermínio Silva Vicente  
 Henrique Peres

Hozair Mota Marcondes  
 Jacob Miranda

João Batista Rosa  
 José Freitas Nobre

José Lozano  
 José Costa Sampaio

José Molinu Junior  
 Laercio Silva Araujo

Mario Colleoni  
 Mario Scholz

Miguel Costa Junior  
 Milton Pereira Marcondes

Nelson Cid do Amaral  
 Olimpio Franco Suannes

Orlando Felix  
 Paulo Bicudo Chaves  
 Remo Forli  
 Remo Rinaldi Naddeo  
 Renato C. Rocha  
 Romero Barbosa  
 Rubem Prado  
 Rui C. Carvalho  
 Salim Sedeh  
 Sergio Jorge  
 Sebastião Maggi da Fonseca

Sebastião Peres  
 Silvio Amaral Junior  
 Silvio Destro  
 Silvio Fortunato  
 Syr Martins  
 Ubirajara Romboso  
 Urbano Lopes da Silva  
 Virgínio Tosta  
 Vitor Azevedo  
 Waldemar Godoi  
 Wilquem Manoel Novus  
 Wilson Rahal

## SECRETARIA DO DIRETORIO ESTADUAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

EXPEDIENTE:

De 2.a a 6.a feira — das 8 às 11 e  
 das 14 às 18 horas  
 Sabados — das 8 às 12 horas

Pelo direito de greve  
 Votem nos candidatos Socialistas

# PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

## PROGRAMA MINIMO ELEITORAL

**INTRODUÇÃO** — O presente programa não tem por objetivo reformas socialistas. Visa apenas a conquista de reivindicações imediatas de âmbito nacional e estadual, com o objetivo de consolidar o regime democrático, criar condições para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país e assegurar melhor padrão de vida às massas populares.

Com esse objetivo o Partido Socialista Brasileiro, em São Paulo, procurará mobilizar o povo nas próximas eleições de outubro de 1954, para o legislativo federal e estadual e para o Governo do Estado, em torno dos seguintes pontos:

1 — Defesa e ampliação das liberdades democráticas e dos princípios políticos consignados na constituição federal e na constituição estadual; recha a todas as tentativas de subversão das instituições democráticas: autonomia sindical, visando libertar os sindicatos da tutela do Ministério do Trabalho e garantir a sua atividade como órgão independente de defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores; regulamentação imediata do direito de greve e participação dos empregados nos lucros das empresas; aperfeiçoamento da legislação do trabalho e de previdência social, com eliminação dos dispositivos e da orientação corporativista e burocrática existentes; descentralização administrativa pelo reforço da autonomia e do poder do Município e distribuição adequada da renda nacional.

2 — Regeneração dos costumes políticos, visando colocar as instituições governamentais a serviço da coletividade; moralização e racionalização da administração pública; abolição dos privilégios contrários aos interesses do povo; luta contra a corrupção e o favoritismo político; aplicação de responsabilidade em negócios públicos realizados com o poder público.

3 — Elevação do nível de vida das populações da cidade e dos campos, através de medidas básicas visando à superação da etapa de país sub-desenvolvido, em que nos encontramos:

a — reforma agrária, no sentido de acerrar a extinção dos latifúndios improdutivos e de permitir o acesso à propriedade da terra àqueles que nela trabalham;

b — nacionalização das fontes básicas de energia e planejamento da sua utilização, no sentido de fornecimento de energia abundante e barata às cidades e ao campo;

c — planejamento do desenvolvimento industrial nos setores básicos, com a participação do capital nacional estrangeiro em condições de igualdade, impedindo a formação de monopólios e a evasão de capitais, mediante legislação adequada;

d — reforma da legislação tributária, visando a sua simplificação e descentralização, redução dos impostos indiretos e aumento dos impostos diretos, principalmente do imposto de renda, com elevação do respectivo limite da isenção e taxa progressiva fortemente aumentada acima de 500 mil cruzeiros para pessoas físicas;

e — política de salários visando assegurar aos trabalhadores da indústria, do comércio e da lavoura condições dignas de existência e aumentar a capacidade aquisitiva do povo;

f — extensão de legislação trabalhista e de previdência social aos trabalhadores do campo, e organização profissional dos trabalhadores rurais, livre de ingerência do Ministério do Trabalho.

## PROGRAMA PARA O GOVERNO DO ESTADO E PARA O LEGISLATIVO ESTADUAL

1.a — Administração e Justiça.

a — saneamento das finanças estaduais política de austeridade nos gastos do poder público; planejamento racional da administração estadual, em forma descentralizada de modo de atender às necessidades de cada região do Estado.

b — Incentivo ao municipalismo; reformas da discriminação constitucional das rendas públicas, de forma a assegurar progressivamente ao município maior parcela da receita arrecadada na sua jurisdição, até atingir 50 por cento; transferência imediata aos municípios, por meio de convênios com o Estado, das atribuições referentes ao ensino primário e secundário, assistência médico-sanitária e social, e assistência técnica direta, com o correspondente transferência de verba e funcionalismo atualmente dependente do orçamento estadual.

c — Reforma da organização judiciária, no sentido da prestação mais rápida e econômica da justiça; criação de sedes de comarcas nos municípios de população superior a 5 mil habitantes ou localizado, a mais de 30 quilômetros da sede da comarca; criação de tribunais regionais de segunda instância nas cidades de Santos, Campinas, Ribeirão Preto, Baurá, Presidente Prudente, Sorocaba e Taubaté; oficialização de todos os tabelonatos e cartórios.

d — Revisão dos casos de admissão de pessoal e de elevação de vencimentos referentes aos três últimos anos, e anulação de todos os atos ilegais, arbitrários e abusivos.

e — Orientação democrática nas empresas de propriedade do Estado; participação, na direção, de representantes dos trabalhadores nas empresas, eletos pelos mesmos.

f — Diminuição progressiva, até a supressão do imposto de vendas e consignações para os artigos de primeira necessidade; isenção do imposto de transmissão para a propriedade imobiliária, até o valor de 300 mil cruzeiros, destinada ao uso do adquirente e de sua família.

redução das taxas cobradas pelo Estado aos limites estritos da sua natureza, segundo o custo do serviço prestado.

2.a — Indústria, transportes e serviços públicos.

a — Aproveitamento racional do potencial hidro-elétrico do Estado (piano); reaparelhamento e ampliação das redes ferroviárias e rodoviárias (plano); desenvolvimento da zona litoral e aparelhamento dos portos;

b — Desapropriação e nacionalização progressiva dos serviços públicos de luz, força, telefone, gás, transportes urbanos e interurbanos e entrega da sua administração, sempre que possível nos respectivos municípios.

c — Incentivo à municipalização da distribuição de carne e leite às populações dos centros urbanos do Estado.

3.a — Trabalho, habitação, custo de vida.

a — Aplicação da legislação trabalhista a todos os trabalhadores empregados do Estado e das empresas para-estatais ou autárquicas.

b — Financiamento de aquisição ou construção de casa própria pela Caixa Econômica; 80 por cento de verba destinada a este fim serão aplicados no financiamento integral de casa populares, de valor não superior a 300 mil cruzeiros. A escolha dos beneficiários se fará por sortio.

c — Incentivo à organização de cooperativas de produção e de consumo, que contarão com assistência técnica e isenção tributária medidas adequadas para combater a especulação nos gêneros de primeira necessidade; supressão dos intermediários.

4.a — Educação e Cultura.

a — Difusão do ensino primário de maneira a assegurar escola a toda a população em idade escolar.

b — Extensão do ensino secundário e normal rigorosamente dentro de esquemas das necessidades regionais e locais.

c — Intensificação e racionalização do ensino profissional urbano e rural.

d — Autonomia econômica e administrativas para as universidades.

e — Criação do Departamento Estadual de Cultura e do Conselho Estadual de Arte e Cultura, constituído em parte por elementos indicados pelo Estado e em parte por elementos indicados pelas entidades especializadas; criação da Biblioteca Estadual central e de bibliotecas do interior, especialmente em Santos, Campinas, Ribeirão Preto, Piracicaba e Baurá.

f — Amparo moral e financeiro, pela criação de carteira própria no Banco do Estado e na Caixa Econômica, ao teatro, à indústria cinematográfica, às empresas editoras de livros, jornais literários e revistas de difusão cultural.

g — Amparo moral e financeiro do Estado aos museus de Arte e exposições artísticas; instituição de prêmio anual de arte e ciência; instituição de cursos de difusão cultural a cargo de especialistas, diretamente ou sob regime de convênio com entidades, particulares especializadas.

h — Instituição de prêmios de viagem e de bolsas de estudos para escritores e estudiosos em geral.

5.a — Saúde.

a — Manutenção e ampliação dos servidores de tratamento e profilaxia das epidemias e endemias, com fornecimento de aparelhamento adequado aos respectivos órgãos técnicos.

b — Racionalização e extensão da assistência hospitalar a todo o território do Estado e efetivação da assistência médico-social ao trabalhador rural, de conformidade com as leis já promulgadas pelo governo do Estado.

6.a — Problemas rurais.

a — Desapropriação das propriedades improdutivas e cessão das mesmas a cooperativas de produção, ou em pequenas parcelas, a trabalhadores rurais.

b — Construção de ampla rede de armazéns, câmaras de estuagem, usinas de refinação, portos de pesca fluvial e marítima, em convênio com os municípios.

c — Amparo efetivo à produção agrícola, especialmente ao pequeno e médio agricultor, através de crédito fácil e barato, assistência técnica permanente, fornecimento de adubos e sementes e combate à especulação dos intermediários.

d — Planos estadual de plantio de trigo nas zonas adequadas.

e — Medidas tendentes a assegurar à população trabalhadora dos campos direitos de sindicalização livre, de associação, de reunião, de greve, contrato coletivo de trabalho, residência fora das fazendas, descanso semanal remunerado férias, proteção à mulher e ao menor e, de modo geral, todas as garantias asseguradas na legislação trabalhista e sanitária aos trabalhadores.

f — Plano de mecanização da lavoura, em convênio com os municípios.

O PRESENTE PROGRAMA MINIMO FOI ACEITO PELO PREFEITO JANIO QUADROS, POR OCASIAO DA INDICACAO DO SEU NOME PARA O CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DE S. PAULO

## INTERCAMBIO

Desajamos permuta com publicações similares

On desire établir échange avec publications similaires

We wish to establish exchange with all similar publications

Austausch mit ähnlichen Berufszeitschriften erwünscht

ADDRESS:

## FOLHA SOCIALISTA

R TABATINGUERA, 362  
 S. PAULO — BRASIL

(Continuação de nosso anterior)

O Art. 16 do Projeto 1920, de 1950, nasceu da uma emenda da autoria do então deputado Wilson Guimarães, que visava a beneficiar, legal e inconstitucionalmente (é exigido concurso para o cargo de Fiscal de Rendas) determinados funcionários lotados nos pontos fiscais da Secretaria da Fazenda.

O referido Art. 16, do Projeto 1920, de 1950, foi vetado pelo Sr. Governador, após a nomeação de deputado Conceição Santamaría haver reido o Projeto, viajando para o Guarujá, onde foi procurada pelo interessado na aprovação do mesmo, de nome Juvenal Felipe Guedes, que lhe solicitou enviasse-o a sanção do Sr. Governador, depois de ter sido rasurado pelo nome de deputado Conceição Santamaría, conforme consta do inquérito a Fls. 156. Vetado, como vetado foi, o Art. 16 pelo Sr. Governador do Estado, em 23 de fevereiro de 1951, tendo S. Excia., nas razões do veto, declarado o seguinte:

"Determina o Art. 16 o aproveitamento, como fiscais de rendas, dos funcionários lotados nos pontos de fiscalização do Estado e nos Distritos Fiscais. Não há, evidentemente, qualquer caso de ordem técnica a amparar a medida, até porque não há de comum existir, como também é evidente, entre as funções da carreira de Fiscal de Rendas, que requer habilitação específica e à qual correspondem atribuições distintas, com as funções das carreiras de funcionários lotados nos repartimentos fiscais, incumbidos de variados mistérios, como os de dactilógrafo, arquivista, ficharista, protocolista etc. Não se compreende que pela simples circunstância de trabalhar num Posto Fiscal ou num Distrito Fiscal, deva um dactilógrafo, um arquivista, um copista ou protocolista por exemplo, ter seu ingresso assegurado na carreira de Fiscal de Rendas. A prescrição do critério estabelecido no Art. 16, teria que se considerar passível e inexistente na carreira de Fiscal de Rendas de todos os funcionários lotados no Departamento da Receita qualquer que fossem suas funções, o que, não há dúvida, seria absurdo. Note-se, finalmente, ainda quanto ao Art. 16, que não figurou no Autógrafo por inadvertência, a expressão "escriturários" constantes da redação final do Projeto, publicada no "Diário Oficial" de 28 de janeiro próximo passado".

Vemos, portanto, que S. Excia., O Prof. Lucas Nogueira Garcia, no veto ao Art. 16 do Projeto 1920, declarou textualmente que o artigo era absurdo, isto é, não havia nenhuma qualidade de caráter técnico que a amparasse, e que o referido Art. 16 seria a inversão total da própria ordem constitucional, que exige concurso para o preenchimento dos cargos de fiscal de renda. Medidas do excois. odioso, beneficiando uma centena de felizardos, repugnando ao Governador do Estado santamarista.

O referido veto foi publicado no "Diário Oficial" em 19 dias 16 de março de 1951, dia seguinte, portanto, do início da Sessão Legislativa daquele ano. Em 19 de abril, no melhor, foi no dia 19 de abril de 1951, ce-

# PELA CASSAÇÃO DOS MANDATOS

## Apresenta o dep. Rogê Ferreira o voto do Partido Socialista

trava a nobre deputada Conceição Santamaría com o seu Projeto de lei, que tomou o número 336, de 1951, copiando "ipsis litteris" o Art. 16 do Projeto de lei 1039, que havia sido vetado e publicado o veto pelo Diário da Assembleia há trinta e quatro ou trinta e cinco dias. Por que? Qual a razão? Se S. Excia. mesma havia aceito o veto do Governador, sem sequer discutir-lo? Esta maneira de legislar é que estranha o ino deste representante que ora apresenta o seu voto na Comissão Parlamentar de Inquérito. O Projeto não era de interesse coletivo, não beneficiava o povo, pelo contrário, violava frontalmente a Constituição, prejudicando aqueles que haviam prestado concurso para fiscalia de rendas, e esperavam as respectivas nomeações.

Em 19 de abril mesmo, no mesmo dia, foi aprovado, na Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela constitucionalidade, o inconstitucional Projeto. No dia 20 de abril, no dia seguinte, o Presidente da Assembleia enviava o Projeto a Comissão de Serviço Civil, onde foi distribuído ao nobre deputado Cassio Ciampolini, que no dia 26 desse mesmo mês, deu o seu parecer favorável, que foi aprovado, no dia 27, na referida Comissão.

Em 9 de maio de 1951, um despacho do nobre deputado Diógenes Ribeiro de Lima, então Presidente da Assembleia Legislativa, mandava incluir o Projeto no 336, de 1951, na Ordem do Dia para 1.ª discussão, conforme consta de Fls. 4, verso.

O Projeto não foi incluído na Ordem do Dia. Não existe mais nada que possa dar sequência ao referido que vinha sendo. Engendrado? Esquecido? Não podemos responder. Sabemos, sim, e isto consta dos autos, que a Fls. 5, existe um requerimento, datado de 20 de março de 1952 — já Presidente da Assembleia o nobre deputado Asdrúbal Cunha — solicitando o arquivamento do Projeto por não o sessão, com vista.

Vemos, portanto, que o Projeto, durante toda a gestão do nobre deputado Diógenes Ribeiro de Lima não foi incluído na Ordem do Dia, sendo certo que, com apenas seis dias de Presidência, o nobre deputado Asdrúbal Cunha incluiu-o na Ordem do Dia, e não foi aprovado logo, em 1.ª discussão, porque os Senhores deputados, necessariamente, requeriam adiantamento e vista, desde aquela data de 20 de março de 1952 até a data de 20 de novembro de mesmo ano, quando, esgotada a resistência, o Projeto foi aprovado em 1.ª discussão e colocado na pauta do dia seguinte pelo nobre deputado Asdrúbal Cunha, Presidente da Assembleia do Estado de São Paulo, conforme Fls. 14.

Recebido o Projeto várias emendas, como se deduz de Fls. 15 e seguintes até Fls. 27. O prazo da pauta terminou no dia 27. No dia 28 o Projeto foi para a Comissão de Serviço Civil, sendo arquivado no mesmo dia o parecer. Deu entrada na Comissão de Finanças no dia 29, sendo que no dia 3 de dezembro de 1952 foi pedido vista, pelo nobre deputado Conceição Santamaría, que, de imediato puzo, redibiu o seguinte requerimento:

Sr. Presidente, Requeiro vista deste Projeto para, vista uma vez que não concordo com o substitutivo apresentado pelo



ROGÊ FERREIRA, candidato a deputado federal

nos autos é ilustre colista Natário Pierson, pelo P. 20 regimental, a' Conceição — Cliente — Conceição 540 — Santamaría, 3.12.52 Isto a Fls. 35 do processo. S. Excia. desistiu do pedido de vista no mesmo dia 3 de dezembro de 1952, passando a concordar com o substitutivo apresentado na Comissão de Serviço Civil. O substitutivo foi aprovado em 2.ª discussão no dia 9 de dezembro de 1952, sendo que, a Fls. 38 e Sr. Presidente da Assembleia, o nobre deputado Asdrúbal Cunha, constituído não pertinente todas as emendas apresentadas, tomando uma atitude em benefício do Projeto e em detrimento das emendas, inexplicável. Logo a única explicação plausível é de que S. Excia. sabia perfeitamente que a volta do Projeto à Comissão para parecer sobre as emendas, imediatamente sua aprovação naquela sessão legislativa, da qual era o Presidente.

O Plenário, inadvertidamente, rejeitou o requerimento do nobre deputado Camilo Aschhar, que solicitava o retorno do Projeto à Comissão de Constituição e Justiça, para que a mesma se manifestasse sobre a constitucionalidade do substitutivo apresentado na Comissão de Serviço Civil. Era um requerimento justo, regimental mas, também tinha um "de feição". Liquidaria o Projeto naquela sessão legislativa.

No dia seguinte, isto é, a 11 de dezembro de 1952 a nobre deputada Conceição Santamaría, Presidente da Comissão de Redação, autora do Projeto, relatorou, sendo ele aprovado, no mesmo dia, e incluído na Ordem do Dia da sessão de 12 de dezembro de 1952 — último dia da sessão legislativa de que era Presidente o nobre deputado Asdrúbal Cunha para sua terceira e última discussão, sendo adotado aprovado, como se verifica a Fls. 46 verso.

Portanto, dentro do período constitucional. Em 15 de dezembro de 1952, foi preparado o Autógrafo, tendo sido entregue, em 19 de dezembro de 1952, no Palácio dos Campos Elípticos.

Esta é a história, a "lenda", e estranha história do Projeto de lei n.º 336, de 1951. Por ela se desprende, pelo menos, o faccionismo à sanção de centristas publicos a intenção mediocrata com uma de favoráveis em deputados beneficiados na que respecta ao seu amparo para a tramitação e aprovação legislativa do Projeto. De fato, e

inadmissível a representantes do povo, comprometidos de suas responsabilidades diante do regime e da pureza das instituições democráticas, submeterem a consideração de seus pares uma proposição legislativa inconstitucional, imoral e objetivando evidente e injustificável favorecimento para determinação do grupo de funcionários, e, ainda, recidivarem a proposição, depois de vetada pelo pronunciamento carente do Chefe do Executivo, a quem prestavam apoio, fazendo-o com a mesma insensibilidade e em idénticos termos, não obstante o clamor levantado por todas as consciências, no Plenário e fora dele. É certo que o Parlamentar é o único árbitro da própria atividade legislativa. Todavia, a amplitude de sua atuação não o excusa de postar seus atos pelo padrão médio da composição humana. Assim, é-lhe vedado, pela exigência do decoro parlamentar, o oferecimento de proposições, ainda quando formalmente exequíveis, que importem, por exemplo, no favorecimento de um parente, de um sócio, de um íntimo. Mais defeso lhe é formular tais proposições e insistir e empregar-se e acodar-se na sua aprovação por um Plenário desprezado ou menos esclarecido, depois de repositos irretrorquiríveis no tocante à constitucionalidade e à própria moralidade dessas formulações. Atinge frontalmente o decoro parlamentar tanto aquele deputado que se exhibe publicamente em trajos menora ou insulta a dignidade legislativa com afrontas verbais ou escritas, dentro ou fora do Parlamento, como aquele outro que apresenta projetos de favor, sem qualquer cunho legislativo, afrontando o senso comum e visando tão somente a frequência eleitoral ou a clientela das "caixinhas" suspeitas, contribuindo para que pericite ou se demoralize o regime representativo.

Se este fato bastaria, na verdade, para configurar a violação do decoro parlamentar. Contudo, no caso do processo, é agravado por uma série alarmante de indícios de que o projeto só foi apresentado pelo nobre deputado Conceição Santamaría mediante a promessa que lhe foi feita, pelo Sr. Juvenal Felipe Guedes, de que contribuiria com uma importância para um leproário. O que, efetivamente foi feito e está provado por mais de uma das testemunhas. A paralisação do projeto só se deveu à ausência de S. Excia. do Brasil. Com a eleição do nobre deputado Asdrúbal Cunha à Presidência da Assembleia Legislativa, veio, como sua secretária, D. Isaura Barcelini, Juvenal Felipe Guedes, amigo da família de D. Isaura Barcelini, perceber que era chegada o momento de fazer com que o Projeto no 336, de 1951, tivesse andamento. Daí a reunião no apartamento de D. Isaura Barcelini, quando foram acertadas definitivamente as bases do "negócio". A prova desse fato e que, a 20 de março de 1952 o Projeto de lei, que estava em discussão durante toda a prestação do nobre deputado Diógenes Ribeiro de Lima, foi incluído na Ordem do Dia. Isto seis dias após a eleição e posse do nobre deputado Asdrúbal Cunha.

Por força da resistência de deputados que não se conformavam com a aprovação de tamanha monstruosidade, o projeto não conseguiu sua aprovação. A arrendatícia, conforme prova nos autos, continuava porém, sendo que culminou com a volta

do Projeto à Ordem do Dia, no dia 20 de novembro de 1952, coincidindo com a volta da nobre deputada Conceição Santamaría da Europa, fato que, em si, conforma uma própria declaração, a 19 de novembro. Coincidentemente também, crescia o movimento da arrecadação e depósito das importâncias na conta bancária de Juvenal Felipe Guedes, culminando a série de coincidências com a retirada do dinheiro na data em que o Projeto foi definitivamente aprovado.

Dois versões existem dos fatos, contraditórias apenas na parte referente ao emprêgo do dinheiro arrecadado, eis que no tocante à arrecadação e ao depósito de títulos, coincidem perfeitamente os depoimentos das duas principais testemunhas. Divergindo, como já afirmei, quando Juvenal Felipe Guedes declara que o dinheiro serviria para a construção de um pavilhão em um de nossos leproários, declarando mais: que assim agia porque "o Projeto era de difícil aprovação". Artur Gomide de Andrade afirma: "que o dinheiro era para comprar o Projeto" e que o entregou ao apartamento de D. Isaura Barcelini, não mencionando a questão dos leproários. Prova a compra, quer pela entrega aos leproários, quer pela entrega a secretária do então Presidente da Assembleia, restam a interrogação: qual das testemunhas teria dito a verdade? Fico com o testemunho de Artur Gomide de Andrade, que contou, com pormenores, a trama, um aspecto verossímil e, portanto, aceitável. Ao passo que Juvenal Felipe Guedes, além de cair em contradições, ainda tentou embair a boa fé dos membros da Comissão, declarando que motivos filantrópicos e caritativos levaram-no a arrecadar o dinheiro. Assertiva esta que foi desmentida por todas as testemunhas, especialmente pelas que controlaram para a compra do benefício.

Em síntese e conclusão: de exame minucioso dos autos, deduz-se que o decoro parlamentar foi violado pelos deputados Conceição Santamaría e Asdrúbal Cunha, pois a primeira, com a apresentação do Projeto, principalmente depois das razões do veto do Sr. Governador e o segundo, usando de suas prerrogativas de Presidente e com a conveniência incontestável de sua secretária particular, possibilitaram aos interessados, indubitavelmente por insubstituível Juvenal Felipe Guedes, o movimento de arrecadação de dinheiro, visando à compra do projeto e a consequente desmoralização do Parlamento Paulista e do próprio regime representativo.

Quanto ao nobre deputado João Ferreira Kaffer, isento e inteiramente de culpa, pois foi vítima da argúcia da funcionária Isaura Barcelini, que não fitou em macular o nome de um parlamentar para obter mais dinheiro.

Com referência ao outro nobre deputado, não se encontra nada que possa situá-lo, isentá-lo, portanto, de culpa.

No que respecta a funcionária, enquanto entenda estar inteiramente provada a sua participação delituosa, não me cabe, tendo em vista os fins propostos para que foi constituída a Comissão, opinar a respeito, sendo este assunto objeto de exclusão alçada da Mesa.

Entendo que os autos devem ser remetidos à justiça comum, para as providências legais, que escapam ao nosso juízo, mas que devem ser julgadas pelo Poder competente.

Finalizo apresentando, de acordo com o Regulamento Interno

(Conclui na 7.ª pag.)



### OS ADMINISTRADORES DOS MERCADOS DISTRIAIS APOIAM JANIO E PORFIRIO

Os administradores dos Mercados Distritais, reunidos sob a presidência do sr. Agostinho Simi à rua Colômbia, n.º 548, resolveram apoiar as candidaturas JANIO-PORFIRIO, para governador e vice-respectivamente e Fulvio Abramo, Jacob Miranda, para deputados federal e estadual respectivamente.

Nesse sentido enviaram ao prefeito Janio Quadros e ao vice-prefeito, coronel Porfirio da Paz, o seguinte telegrama: Administradores Mercados Distritais reunidos às 21 horas, à rua Colômbia, n.º 548 para discutirem posição política que deverão tomar: nesta conjuntura, resolveram apoiar-lhe e a sua excm. o coronel Porfirio da Paz, para governador do Estado. Os administradores, integrando os Comitês de Bairros, defenderão nas urnas também os nomes dos ses. Fulvio Abramo e Jacob



JACOB MIRANDA, candidato a deputado estadual

esforços para a vitória que merecem de Deus já visualizamos no próximo três de outubro.



FULVIO ABRAMO, candidato a deputado federal

Miranda respectivamente, para deputado federal e estadual. Tal resolução é resultante da solicitação elevada dos planos que poderíamos considerar "bênica" para o abastecimento da cidade. Homens práticos, dos quadros do abastecimento, não poderão ficar à margem nesta altura da escolha dos homens que vão dirigir através da Prefeitura e do Legislativo, os destinos de São Paulo, para exemplo do Brasil. Recordo ainda que se trata de um grupo de homens que se lançaram corajosamente na alta política do abastecimento, a fim de executar abastecimento, planos de grande interesse público, não visualizados em dar todos os

### Inútil manobra...

(Conclusão da 1.ª pag.) para a desmoralização dessa administração perante o povo. Esta tática culminou com a rejeição da verba de 200 milhões, de que a Secretaria de Obras tinha absoluta necessidade para conclusão de obras de pavimentação já iniciadas e início de novas obras, de acordo com os planos já elaborados. Tudo indica que a rejeição desse pedido de verba foi feita sob pressão direta do governo do Estado. A atitude dos vereadores da UDN, que dias antes se mostrava favorável à aprovação de pedido e mudaram por deturpação do seu partido, inspirada pelo sr. Garcez, é bastante expressiva, neste particular.

**MEMOGOGIA B. MENTIRA**  
— «Os argumentos usados por alguns vereadores, como tentativa de justificação para sua atitude, são demagógicos e mentirosos. Não se, por exemplo, que na aprovação de verba anterior, igualmente de 200 milhões, havia uma relação de ruas a serem pavimentadas, e que muitas dessas ruas ainda estavam por pavimentar. Mas os vereadores não sabem perfeitamente que a relação de ruas constante do pedido anterior de verba era meramente exemplificativa. A própria Câmara Municipal resolveu que a concessão da verba não havia vinculado à pavimentação das ruas constantes da relação que apresentava e o pedido de verba. Portanto, Honra o Prefeito autorizada a aumentar as ruas mencionadas no

pedido ou outras que se encontravam em condições de prioridade e necessidade idênticas, o que foi feito. Falou-se, também, que no novo pedido de verba figuravam várias ruas que já tinham sido pavimentadas. Mas os vereadores sabem muito bem que isso era devido ao fato de tais ruas fazerem parte de contratos de pavimentação já parcialmente executados, compreendendo diversas ruas, de modo que, ao fazer, no pedido de verba, referência a determinado contrato, tinha de constar, ali, tanto as ruas a serem pavimentadas como as ruas já pavimentadas, integradas desse contrato.

**POVO: UNICO PREJUDICADO**  
— «A recusa da verba de 200 milhões — prosseguiu o secretário de Obras, acarretou prejuízos vultosos ao município. Para exemplificar, pode-se citar o seguinte: De acordo com o sistema adotado em todos os contratos com o Poder Público, este tem sempre a facilidade contratada, até o limite de 2.500 cent, pelos mesmos preços estabelecidos no contrato, assim como pode reduzir os serviços, em 25 por cento. Quer dizer, a Prefeitura contrata, por exemplo, 10.000 metros quadrados de pavimentação, mas, no término desse serviço, pode exigir do empreiteiro, pelo mesmo preço contratado, ainda, em todos os contratos de pavimentação que estão sendo executados, com a verba anterior, de 200 milhões, a Prefeitura poderia exigir, dos empreiteiros, a execução de mais 25 por cento, pelo mesmo preço vigente na época atual e preços do fim do ano passado. Quer dizer, se tivesse a nova verba de 200 milhões, para atender a pagamentos, a Prefeitura poderia já empregar 50 milhões na cobertura de 25 por cento a mais de serviços, de acordo com os contratos anteriores. Não possuindo essa verba, a Prefeitura não poderá fazer essa exigência, e terá de fazer novos contratos, pelos preços vigentes atualmente que estão aumentados em 50 por cento. Se admitindo, já temos um prejuízo de cerca de 25 milhões de cruzeiros concedidos a Prefeitura, quer dizer, no povo de São Paulo, pela recusa da verba solicitada.

Este é apenas um detalhe técnico que mostra como a preocupação de dar golpes políticos, causando prejuízos a atual administração municipal, pode — finalizo — o nosso entrevistado — levar alguns representantes do povo, no Legislativo Municipal, a se colocarem em posição absolutamente contrária a esse mesmo povo.

### Ameaça...

(Conclusão da 1.ª pag.) na solicitação desse imenso problema, mais urgente a sua solução por parte que o povo daquele país se torne economicamente independente, rico e feliz. Mas o governo americano que insiste mesquinamente este procedimento, propugna-se e defende não somente os interesses dessa companhia que se constitui no pólo da economia guatemalteca e que inconscientemente vem criando durante décadas e décadas fardo pelo tempo a carga do povo da Guatemala. Afirmamos que não há interesse na Guatemala para libertar esse país e o do comunismo internacional, que o Continente americano da influência do governo americano aproveitamos dessa história, autocomunista que tem no senador Mac Carthy o seu tipo representante, para destruir o governo que possui dar ao mundo um passo no caminho da libertação nacional.

Quando as intenções intervencionistas do governo americano estavam ainda longe das proporções que tem hoje, o embaixador do Brasil na Guatemala, sr. Carlos Silveira Martins, em entrevista que concedeu no dia 14 de fevereiro ao DIÁRIO de NOTÍCIAS, afirmou que não havia comunis-

mo na Guatemala e o que ali havia era simples luta de libertação econômica. "Não é esta", disse ele, "que a Guatemala seja o centro irradiador da doutrina marxista no Continente. O que se passa naquele país e tão somente uma simples luta de libertação econômica. Para se compreender a atual situação guatemalteca, é mister saber-se que a Guatemala viveu cerca de 70 anos sob o peso das mãos negras das duras". Ora, ao que sabemos os Estados Unidos jamais moveram a menor palha para ajudar o povo guatemalteco a libertar-se do peso dessa contínua tirania. Ao contrário, foi justamente sob essa série de governos — na verdade três foram os homens que ensurteceram o povo durante 70 anos — foi sob essa série de governos, dizíamos, que a United Fruit, companhia americana, prosperou e se constituiu no pólo do pólo a se tornaram depois.

Mas o que é a United Fruit, o que possui e o que explora na Guatemala? A essa pergunta respondeu o embaixador Silveira Martins com as seguintes palavras que nos permitimos a liberdade de reproduzir textualmente: "A United Fruit é dona da maior parte das plantações de bananas da Guatemala (segunda fonte de divisas do país) e dona da única estrada de ferro existente, dona dos dois portos principais, respectivamente no Pacífico: Puerto Barrios e San José, da única linha de transporte marítimo e da Radio Tropical". Possuindo tudo isso, não a menor totalidade, sendo a maior de todas as terras cultivadas socialmente, esse se da Guatemala, a United Fruit realizou no ano de 1951 o colheita líquida de 52 milhões de dólares. Ora, a United Fruit não há de libertar a terra para não grandes e graves esperanças não vacilarem em levar o governo americano que identifiem a sua política exterior com o interesse dos seus trusts, a intervir para derrubar o governo guatemalteco que quiser ir tão longe.

A reforma Agrária da Guatemala, porém apesar de ser inovativa e uma condição para a libertação econômica do país, não chega a ser tanto uma revolução econômica revolução que se limitou à desapropriação com indenização de todas as terras não cultivadas, a distribuição gratuita de sementes aos camponeses, a concessão a longo prazo e entrega de facilidades necessárias aos produtores da lavoura agrícola do que exigem as terras. Não houve expropriação das terras da United Fruit foram mantidas na posse do senhorio territorial mas simplesmente por essa companhia. Se chegava a haver qualquer medida de reforma a United Fruit conservava tal imposto, fazendo parte de lavoura falta de suas terras, ficando desta forma também o terreno, a propriedade da Guatemala.

Assim, pelo menos mesmo da reforma agrária que está em curso na Guatemala pode-se ter a exacta medida de falsidade da elegância do governo americano de ser comunista o governo guatemalteco. A divisão e a distribuição da propriedade não é em si mesma uma medida comunista e foi essa a base da reforma agrária da Guatemala. É muito provável, será mesmo certo que os comunistas — entre os de 200 segundo estatísticas do New York Times — estejam procurando fazer alguma tirando algum partido da situação geral do país. Não se esqueçam necessariamente, que o governo seja comunista, ou está sendo influenciado pelos comunistas. A Guatemala, repitamos, virá da uma vez para finalizar esta nossa pátria essencialmente agrícola, só pela mão dos agentes do governo dos Estados Unidos poderia ser fundada a categoria de grande potência, da noite para o dia, e começar a por perigo a segurança dos Estados Unidos. Esta é uma alegação que afronta a consciência livre dos povos da terra e simplesmente... não nos dá vergonha.

### Pela cassação...

termo desta Casa, o competente Projeto de Resolução:  
Art. 1.º — Ficam cassados os mandatos dos deputados Maria Conceição das Neves Sant'Anna e Adribal Euribitisco da Cunha, por procedimento incompatível com o decore parlamentarista desta Assembleia.  
Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.  
Fato é o voto do Partido Socialista Brasileiro, representado na Comissão Parlamentar de Inquérito pelo signatário.  
ROGER FERREIRA  
Sala das Comissões, 8 de Junho de 1954

### Governo...

jamais sobe de um aumento da proporção".  
Minha surpresa é idêntica, sr. Presidente.  
Seria interessante para assinalar a desorganização de nossa política administrativa, lembrar o contraste desse por comunismo aos exaltados com a situação em que se encontra o professorado com os seus míseros vencimentos e com os atrasos revoltantes no pagamento das aulas extraordinárias.  
Mas o tempo urge. A situação das professoras e injustiça que a luta e a vida.  
Requero, Sr. Presidente, a inserção destas palavras no processo relativo à mensagem com que o Sr. Governador pretende beneficiar a classe dos exaltados, nestas mesmas condições sem nenhum indicio de parcialidade necessária a fazer baixar a custo da vida.

### Dignidade...

denunciando nominalmente os 17 vereadores que haviam votado contra o projeto, com o fim de do povo. O manifesto provocou celeuma entre os mandatos aderentistas e seus aliados da UDN e do PR. E, quando o vereador socialista, Hermínio Vicente, confirmou, da tribuna da Câmara, a autenticidade do boicote, foi imediatamente pelos vereadores aderentistas.  
O sr. Marcos Mello, entre outras coisas, disse que o Partido Socialista, com a sua obediência ao prefeito Janio Quadros, tinha perdido todo o senso de dignidade partidária.  
...As palavras do vereador Marcos Mello, entretanto, não atingem o Partido Socialista Brasileiro. A dignidade que ele se refere é coisa muito diferente daquela que entendemos significar essa expressão. A dignidade aderentista, a de um mandatário do PR ou do PSD, veste fraque e cartola, passeia de Cadillac e frequenta hotéis grandiosos. Não conhece os bairros periféricos da cidade, e não ser nos mapas de loteamento através dos quais se faz a especulação imobiliária de que se fazem os milhões de muitos moradores do Jardim América. A dignidade aderentista é a do aristocrata arrogante que está ao dussus da melé e por isso odiada, ao mesmo tempo associadas e aventureiras tipo Ademar e Borchi, que procuram mudar osides de mansão do socialista através de qualquer desonesto, o proletário consciente de seus direitos, que sabe lutar por suas reivindicações.  
Não é sem razão que o novo, em 22 de março de 51 na Capital de São Paulo, infringiu tragosa derrota aos políticos adidos da UDN e do PSD aliados aos aventureiros indolentes de Ademar, em torno à candidatura Cardoso. Em próximas eleições, em que os políticos adidos vão marchar separados dos mandatos aderentistas e borbitistas, formando uma espécie de união sagrada da plutocracia paulista, se persistirem eles em atitudes como esta que tiveram na Câmara Municipal, terão de amargar novo e mais amargo dia.

**Pela Reforma Agrária**  
**Votem nos candidatos do Partido Socialista**

# Dignidade de fraque e cartola

A Câmara Municipal de São Paulo recebeu, pela voz de 17 dos seus vereadores, no dia 18 de junho último, o pedido de verba de 200 milhões de cruzeiros formulado pelo prefeito Janio Quadros, para obras de pavimentação dos bairros da periferia da cidade. Na rejeição de pedido teve papel decisivo a atuação de três vereadores da UDN, srns. Marcos Mello, Homero Silva e Nicolas Tuma que, manifestando-se, de início, favoráveis à concessão do crédito, resolveram, à última hora, recusá-lo, atendendo às ordens do seu Partido e por outros motivos exclusivamente políticos. A UDN, obediente

às bichanhas diretivas políticas do governador Garcez, entendem que a rejeição do crédito solicitado pelo Executivo Municipal acarretaria dificuldades à execução do plano de obras populares da atual administração, que, assim, ficaria desmoralizada perante a opinião pública. As ordens da direção udnista em São Paulo foram terminantes, a ponto de o vereador Rubens do Amaral, que já declarara publicamente seu apoio ao pedido de verba, ter de se licenciar para não votar a favor.

já assinados pela Prefeitura e parcialmente executados, compreendendo várias ruas, de forma que, ao relacionar as obras de pavimentação tinha o Executivo de referir ruas já pavimentadas, juntamente com ruas a serem pavimentadas, integrantes de um só contrato. O vereador Marcos Mello acusou por satisfeito com a explicação, mas, dois dias depois votou contra o pedido alegando o fato como pretexto.

Os vereadores da UDN que votaram contra, haviam solicitado do secretário de obras, João Castello Alvarez Junior, diversos esclarecimentos, que lhes foram prestados, declarando-se eles satisfeitos. A última hora, porém para justificar o seu voto contrário ao pedido da verba, inventaram fies, especialmente o vereador Marcos Mello, os pretextos mais ideológicos. Por exemplo, disse o sr. Marcos Mello que na relação de ruas a serem pavimentadas, que acompanhava o pedido, figuravam várias ruas já pavimentadas. Entretanto, dois dias antes, o secretário de obras lhe explicara, pessoalmente, a razão disso, informando-o que as ruas já pavimentadas constavam da lista faziam parte de contratos de pavimentação

Os vereadores da UDN não trepidaram em aliar-se aos malandros, ademaristas que fazem oposição sistemática ao prefeito Janio Quadros. Não trepidaram em colocar-se contra os interesses de milhares de trabalhadores dos bairros periféricos da cidade, para tirar uma liberdade vanguarda política, na sua intrínseca tentativa de destruir o prestígio popular da atual administração municipal.

Respondendo a essa sórdida e incerta manobra, o Diretório Municipal do Partido Socialista Brasileiro, fez distribuir, nos bairros da Capital, um pequeno manifesto (Conclui na 7.ª pag.)

## Convocado o V Congresso Nacional dos Bancários

Manifesto de convocação a todos os bancários do Brasil — Homenagem ao IV Centenário da cidade de São Paulo — De 23 a 28 de agosto e certame

O Sindicato dos Bancários de São Paulo, contribuindo para as festas do IV centenário da cidade, promoverá nesta capital, de 23 a 28 agosto próximo, o V Congresso Nacional dos Bancários.

Convocando os companheiros de todo o país para essa reunião, a diretoria do sindicato lançou o seguinte manifesto:

"A atual conjuntura politico-econômica do país é das mais difíceis e caóticas. Minado por males os mais graves, o Brasil enfrenta uma situação de completo decaimento social, caminhando para um verdadeiro 'salve-se quem puder'.

"Apontar as origens desse estado de coisas, ou os responsáveis por ele, tornou-se tarefa completamente inútil, já que, nem o medo do escândalo, nem a condenação pública, parecem preocupar os nossos políticos e governantes, homens esses que enfeixam em suas mãos os destinos da Pátria, o governo da coisa pública. Os escândalos se sucedem. Os negócios escusos campeiam por toda a parte. Diariamente, são quase um convite a tudo aquilo que, desde criança, o homem aprendeu a reprovar: o roubo, a falta de amor à Pátria, a dilapidação do patrimônio público.

"Entretanto estas são as realidades menos graves do momento nacional. A desorganização administrativa do país, a inflação de proporções assustadoras, a especulação legalizada e, em consequência, a alta vertiginosa dos gêneros e artigos, imprescindíveis ao consumo e uso da população, vendida a ele um aspecto mais negro ainda.

"É evidente que alguém está vêm dar a ele um aspecto mais sofrendo as consequências desse descalabro social.

"Como sempre acontece, está recuando sobre os ombros dos trabalhadores todo o peso desta desajustada época. Não bastasse a sua situação já bastante insustentável que, muitas vezes, importam até na perda de direitos a muito conquistadores.

"É evidente, por sua vez, que também a classe bancária está pagando o seu tributo a essa situação, como classe trabalhadora que é. Várias de suas conquistas são, a todo instante, ameaçadas.

"Para fazer face a essa situação e às suas sombrias perspectivas faz-se necessário, mais do que nunca, que a nossa categoria profissional esteja, em todo o território brasileiro unida, organizada e consciente da necessidade dessa união e organização. Se isto não for conseguido, difícil será para nós bancários, vencermos a batalha da nossa subsistência como classe trabalhadora, merecedora de uma melhor sorte.

"O horário corrido vem sendo desrespeitado e combatido pela classe patronal e se encontra

até mesmo ameaçado por projeto em trânsito no Congresso Nacional. Não é observada a Lei de 6 horas. A questão da aposentadoria ordinária até hoje não foi solucionada. Mesmo os acordos salariais perderam de certa maneira, a força de lei, como aconteceu em São Paulo, onde três bancos teimam em não cumprir o firmado em 1953. As liberdades sindicais, elementos tão necessários à vida e ao desenvolvimento do sindicalismo, até hoje não a, temos como desejamos. A previdência social e a justiça do trabalho ainda deixam muito a desejar.

"É neste momento, e tendo pela frente tais problemas, que o Sindicato dos Bancários de São Paulo, em cumprimento à deliberação do IV Congresso, realizado em, 1952 na cidade de Curitiba, convoca a classe bancária do Brasil para o CONGRESSO NACIONAL DOS

BANCÁRIOS, a realizar-se, nesta Capital, de 23 a 28 de agosto do corrente ano.

"Será sem dúvida, um grande e oportuno encontro dos bancários brasileiros e do qual, num clima de franca e democrática discussão, sairemos mais unidos e reforçados para a defesa de nossos direitos e conquista de nossas reivindicações. — SÃO PAULO, julho de 1954 — IV CENTENÁRIO. — SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO.

Milton Pereira Marcondes, presidente; Milton de Toledo Lara, vice-presidente; Pedro Francisco Iovine, secretário-geral. Osório Oliveira Campos Filho, 1.º secretário; Jorge Cardoso Maximo, 2.º secretário; David Dias Moreira, 1.º tesoureiro; Aurelio Andrade Costa, 2.º tesoureiro.

## FOLHA SOCIALISTA

SOCIALISMO E LIBERDADE

Ano V — 10 de Julho de 1954 — No 25

### PARA VICE-GOVERNADOR



## PORFÍRIO DA PAZ

Candidato pelo Partido Socialista

## Governo desmoralizado de ma labarismo eleitoral e aumentos

Discurso do Deputado Cid Franco, na Assembléia Legislativa



CID FRANCO, candidato a deputado estadual

de lado quando a classe de servidores amparada por algum projeto está em frequente contato com o público e oferece boas perspectivas eleitorais.

É o caso dos exatores, que já vai preocupando a opinião das pessoas que não acreditam na eficiência dos governos que não baixam o custo da vida e apenas se especializam na prestígio-anoal de reestruturações e aumentos.

Penso que as comissões permanentes e o plenário desta Assembléia devem meditar nos conceitos de um homem do povo, um contribuinte um cidadão, expendeu em carta dirigida a um matutino e semelhante a outras que tenho recebido.

Transcrevo expressivas observações daquela carta: "Quem tomar conhecimento de um projeto de lei publicado no 'Diário Oficial' de 15 do corrente há de ficar estupefocado ante as absurdas regalias que vão ser concedidas aos exatores, que passarão a formar nova e privilegiada casta nos quadros da administração pública.

"Realmente, e aumento de vencimentos que vai se conceder a essa classe é simplesmente de estabelecer o mais indiferente dos funcionários públicos...

"Analisemos com os números. "A carreira de exator, atualmente, tem vencimentos fixos que variam de Cr\$ 4.000,00 (padrão "I") a Cr\$ 8.000,00 (padrão "Q"). Nenhuma outra vantagem.

"Pelo projeto de lei em apreço, passarão os exatores a um regime de remuneração variável, correspondente a 213 do padrão de "quotas", que variam de 220 (classe inicial) e 400 (classe final).

"Valendo a "quota" cerca de Cr\$ 40,00 é fácil calcular quanto vão perceber os exatores.

"Assim é que um exator da classe inicial, que atualmente percebe Cr\$ 4.000,00 vai ganhar aproximadamente Cr\$ 11.500,00 mensais.

"Por sua vez, um exator da classe final que percebe Cr\$ 8.000,00 vai ganhar mais de Cr\$ 21.000,00 por mês, ou seja, vai ter um aumento de mais de Cr\$ 13.000,00."

É comenta o missivista: "Confesso que em mais de vinte anos de serviço público, (Conclui na 7.ª pag.)